

☐ **REQUERIMENTO** Número /XIII
(.ª)

☒ **PERGUNTA** Número /XIII (.ª)

Assunto: Recusa do direito de acompanhamento do utente nas urgências do Hospital Padre Américo, Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa e do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

Destinatário: Ministério da Saúde

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Através do relato de denúncias de casos concretos, o Bloco de Esquerda teve conhecimento de que, no Hospital Padre Américo – Vale do Sousa, integrado no Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE, e no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC) a legislação que consagra o direito de acompanhamento do utente nas urgências não está a ser cumprida, sendo impostas restrições abusivas, que vão muito para além das exceções a este direitos previstas na lei.

Segundo a informação que nos chegou sobre a situação verificada no Hospital Padre Américo – Vale do Sousa, a um utente que recorreu, recentemente, aos serviços de urgência desta unidade hospitalar, foi negado o direito a ser acompanhado, enquanto aguardava na sala de espera. Esta restrição foi-lhe comunicada e justificada pelos serviços, com base no Regulamento Interno deste Hospital que, contrariando a legislação em vigor, apenas permite o direito de acompanhamento do utente nos momentos da triagem e após a consulta com o médico especialista, mas não enquanto aguarda na sala de espera.

Já no serviço de urgências do CHUC, verificou-se recentemente a situação de recusa do direito de acompanhamento a um doente com deficiência intelectual. Concretamente, à funcionária da instituição na qual o doente reside foi negada a possibilidade de o acompanhar, sendo que as duas pessoas vinham já reencaminhadas do Hospital de Seia, devido ao facto do médico ter prescrito a necessidade de efetuar um exame de TAC. Segundo o relato que nos chegou, esta cidadã fez valer o direito do doente que acompanhava e reclamou da situação, o que levou a que fosse “aberta uma exceção”, justificada pela condição especial da pessoa em causa. Portanto, posteriormente, foi-lhe permitida a permanência numa sala perto da sala onde este se encontrava, “embora não junto a ele”. É claro que a “exceção” que lhe foi concedida não efetivou o direito ao acompanhamento do doente e, note-se, a própria assunção de uma “exceção” demonstra que o direito de acompanhamento do utente nas urgências não é observado, como regra, neste serviço de urgências do SNS.

Porém, conforme o estipulado na Lei n.º 15/2014, de 21 de março, que consolida a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde, e segundo a informação disponível no próprio [site do SNS](#), os “cidadãos admitidos num serviço de urgência do Serviço Nacional de Saúde têm direito a



acompanhamento”.

As condições para usufruto deste direito tão importante e fundamental para quem se encontra numa situação de urgência e de doença, muitas vezes sob a condição de mal-estar agravado, dor ou sofrimento, são muito claras, considerando o exposto no site e lei já referidos:

“Todos os cidadãos que sejam admitidos num serviço de urgência do Serviço Nacional de Saúde (SNS) têm reconhecido o direito de acompanhamento por uma pessoa por si indicada, sendo que o cidadão deve ser informado desse direito durante a admissão”. Além disto, “quando a situação clínica lhe não permitir a declaração da sua vontade, os serviços de urgência devem, através de serviços técnicos adequados, promover esse direito do doente, podendo para esse efeito solicitar a demonstração do parentesco ou da relação com o paciente invocados pelo acompanhante, mas não podem impedir o acompanhamento”.

O limite ao direito de acompanhamento obedece a critérios estritos e também muito claros: “Não é permitido acompanhar ou assistir a intervenções cirúrgicas e outros exames ou tratamentos que, pela sua natureza, possam ver a sua eficácia e correção prejudicadas pela presença do acompanhante, exceto se para tal for dada autorização expressa pelo clínico responsável; o acompanhamento não pode comprometer as condições e requisitos técnicos a que deve obedecer a prestação de cuidados médicos para que estes sejam eficazes.”

Portanto, as situações concretas descritas em cima, não configurando casos de uma restrição motivada por uma questão pontual de funcionamento e organização dos serviços, nem mesmo baseada segundo o que pode ser observável à luz da lei em vigor, constituem uma violação de um direito consagrado na Carta dos Direitos e Deveres dos utentes do SNS.

O Bloco de Esquerda considera que a existência de regulamentos internos, em centros hospitalares do SNS, que contrariam de modo abusivo um importante direito dos utentes, permitido e regulado por lei, é uma situação inaceitável que deve ser esclarecida e retificada.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Saúde conhecimento desta situação? Se sim, que diligências estão a ser realizadas para a sua resolução?
2. Como irá o Ministério da Saúde proceder de modo a garantir o integral cumprimento da lei e do direito de acompanhamento do utente nas urgências, no Hospital Padre Américo – Vale do Sousa, no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, e em todas as unidades de saúde do SNS?
3. Tem conhecimento de outras unidades de saúde onde o direito ao acompanhamento esteja a ser negado aos utentes?



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Palácio de São Bento, 27 de julho de 2017.

O deputado
Moisés Ferreira